

economia

Após tombo da Bolsa, especialistas sugerem cautela em investimentos

Revisão das expectativas dos investidores e as incertezas fiscais são fatores condicionantes

/ MERCADO FINANCEIRO

Osni Machado

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

O momento exige cautela em um cenário em que decisões de investimento ou resgate tomadas por impulso podem resultar em prejuízos em um mercado ainda sujeito à volatilidade. A recomendação é de Claudia Emiko Yoshinaga, coordenadora do Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getulio Vargas (FGV), na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP).

Após a queda de 13,88% registrada na segunda-feira, o mercado nesta terça-feira ensaiava uma recuperação parcial, mas ainda sem sinais suficientes para confirmar uma retomada consis-

tente da bolsa brasileira. O cenário permanece condicionado à revisão das expectativas dos investidores após o resultado eleitoral e às incertezas sobre a condução da política econômica.

“Qualquer decisão de investir ou resgatar nessa hora pode ser uma decisão tomada muito no ímpeto, e é um momento que está sujeito a muita volatilidade ainda”, alerta a pesquisadora da Fundação Getulio Vargas.

Para ela, aplicações em renda variável devem ser avaliadas sob a perspectiva de longo prazo, evitando movimentos precipitados diante de oscilações abruptas. Em um ambiente de incerteza, a tentativa de antecipar os próximos movimentos do mercado pode levar a decisões incompatíveis com os objetivos financeiros



Decisões de investimento em uma conjuntura volátil podem resultar em prejuízos, alerta especialista

de cada investidor. Na segunda-feira, a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República provocou forte reação no mercado financeiro. O Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, recuou 13,88%, encerrando o pregão aos 176.608,23 pontos.

A intensidade da queda levou ao acionamento do circuit breaker, mecanismo que interrompe temporariamente as negociações para conter movimentos extremos. O recurso não era utilizado desde março de 2020, no início da pandemia de covid-19. No mercado cambial, o dólar comercial avançou 8,21%, fechan-

do cotado a R\$ 5,403. Na avaliação da coordenadora da FGV - EAESE, a dimensão da reação está relacionada à correção das expectativas formadas antes do segundo turno.

Após o resultado do primeiro turno, parte dos investidores passou a antecipar uma vitória de Flávio Bolsonaro, movimento que contribuiu para a valorização das ações. A confirmação de um desfecho diferente levou à revisão das posições e à reavaliação dos riscos associados aos ativos brasileiros.

Os preços das ações refletem não apenas os resultados finan-

ceiros atuais das empresas, mas também as expectativas dos investidores sobre seus lucros futuros e as condições econômicas. Quando as projeções mudam de maneira abrupta, os participantes do mercado recalculam o valor que estão dispostos a pagar pelos ativos.

Por isso, uma queda expressiva em um único pregão não significa que as empresas tenham perdido, na mesma proporção, seu valor econômico. O movimento também traduz mudanças nas perspectivas para a economia, as contas públicas e as decisões do governo reeleito.

Recuperação dos indicadores exige prudência

A tentativa de recuperação observada na manhã desta terça-feira deve ser interpretada com prudência. A valorização de contratos futuros ou de ativos brasileiros negociados no exterior não comprova, por si só, uma recuperação do Ibovespa. Da mesma forma, uma eventual estabilização após uma queda acentuada não significa que a volatilidade tenha terminado. A evolução dos preços ao longo do pregão e nos próximos dias será importante para avaliar se o movimento representa apenas um ajuste pontual ou uma mudança mais consistente na direção do mercado.

Para Claudia Emiko Yoshinaga, coordenadora do Centro de Estudos em Finanças da FGV, a trajetória dos ativos dependerá dos próximos sinais do governo sobre a política fiscal, a composição da equipe econômica e as prioridades do novo mandato. Entre os fatores acompanhados pelos investidores

está a perspectiva de equilíbrio das contas públicas, que influencia a avaliação de risco do País e as expectativas para os juros. Indicações sobre o controle das despesas, o cumprimento das metas fiscais e a sustentabilidade da dívida poderão contribuir para reduzir ou ampliar as incertezas.

A coordenadora também chama a atenção para os limites do Ibovespa como indicador da economia brasileira. O índice reúne ações de empresas selecionadas segundo critérios de negociação e representatividade no mercado, mas sua composição não reproduz integralmente a estrutura produtiva do País. Assim, as oscilações da bolsa não representam necessariamente o desempenho de todas as empresas ou dos diferentes segmentos econômicos. Companhias com maior participação no índice podem exercer influência significativa sobre o resultado geral,

enquanto negócios de menor porte e setores menos representados podem apresentar comportamentos distintos.

No câmbio, a pesquisadora observa que o dólar responde tanto a fatores domésticos quanto ao cenário internacional, especialmente aos acontecimentos nos Estados Unidos e às perspectivas para a política comercial. A cotação também é influenciada pela percepção de risco e pelos movimentos de capitais entre países. Por isso, a volatilidade cambial não depende exclusivamente do resultado eleitoral brasileiro, e seus efeitos podem variar conforme a exposição de cada setor à moeda estrangeira.

A trajetória dos juros também permanece entre os pontos de atenção. A definição da taxa básica cabe ao Banco Central, que tem autonomia, e as perspectivas para a política monetária dependem, entre outros fatores, do

comportamento da inflação e das expectativas sobre as contas públicas. Mudanças na percepção de risco fiscal podem afetar as projeções dos agentes econômicos e as condições de financiamento, com possíveis reflexos sobre as decisões de investimento das empresas e das famílias.

Outro ponto de atenção é a reforma tributária. Segundo Claudia, ainda existem dúvidas sobre a alíquota final e a implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Durante a campanha, havia incertezas sobre possíveis mudanças no desenho do sistema, incluindo o mecanismo de split payment, que prevê o recolhimento dos tributos no momento da liquidação financeira das operações. A definição das regras e do cronograma de implantação é relevante para as empresas que precisam adaptar sistemas e processos e avaliar os efeitos da transição sobre sua or-

ganização financeira. Diante desse cenário, a recomendação é evitar decisões precipitadas e considerar a capacidade de atravessar períodos de instabilidade sem precisar liquidar investimentos em momentos desfavoráveis. A manutenção de uma reserva de emergência em aplicações com maior liquidez pode reduzir a necessidade de resgates para cobrir despesas imediatas. A escolha dos investimentos deve levar em conta os objetivos financeiros, o horizonte de aplicação e a tolerância individual ao risco.

Para Claudia, o mercado ainda atravessa uma fase de acomodação das expectativas, na qual a cautela deve prevalecer até que os próximos passos da política econômica estejam mais claros. Em vez de tentar antecipar cada oscilação, o investidor deve avaliar os riscos e evitar que decisões tomadas sob pressão comprometam seu planejamento financeiro.